

Entre uma ecologia da paisagem e a ecologia de saberes: travessias cartográficas dos espaços abertos de fruição em Macapá

**Entre una ecología del paisaje y la ecología de saberes: travesías cartográficas de los espacios abiertos de fruición en Macapá*

Sessão Temática: ST02. Espaço urbano e regional: análise, planejamento e projeto

PONTES, Louise Barbalho; Doutora em Urbanismo; Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá, Macapá, Brasil. louise.pontes@unifap.br

SALGADO, Victor; Mestrando em Arquitetura e Urbanismo com apoio CAPES; FAU USP, São Paulo, Brasil. victorsalgado@usp.br

MIRANDA, Thales Barroso; Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Diretor do Departamento de Projetos e Paisagismo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém, Brasil. thalesbmiranda@gmail.com

GODINHO, Emanuella da Silva Piani; Mestra em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Amapá, Brasil. emanuellapiani@gmail.com

GARCIA, Matheus Cleber Melo; Graduando em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Amapá, Macapá, Brasil. matheusclebermg@gmail.com

Resumo

A cidade amazônica, Macapá, é historicamente atravessada por uma pluralidade de espaços e experiências de fruição coletiva que entrelaçam cultura e sítio urbano. Esta paisagem foi transformada e estes espaços e práticas têm sido suplantados por espaços mais “modernos”. Os planos urbanos pouco se debruçam sobre estas relações e muitos destes espaços/ usos são invisibilizados ou negligenciados. Esta pesquisa busca mapear os espaços abertos vinculados às águas para construir uma reflexão sobre a importância de um planejamento da paisagem que articule as demandas da vida humana e não-humana e a busca de fruição humana que é inseparável destas. Nos apoiamos nos métodos da ecologia da paisagem e no pensamento decolonial, a ecologia de saberes, para propor uma cartografia da contranarrativa aos espaços de lazer estereotipados e homogeneizados praticados neste contexto, no sentido de transpor a narrativa da perda, identificando memórias e permanências, na busca de um futuro que seja também ancestral.

Palavras-chave (3 palavras): Planejamento da Paisagem, Ecologia dos Saberes, Amazônia.

Abstract

The Amazon city, Macapá, is historically crossed by a plurality of spaces and experiences of collective fruition that intertwine culture and urban site. This landscape has been transformed and these spaces and practices have been supplanted by “modern” spaces. The urban plans do not focus on these relationships and many of these spaces/uses are made invisible or neglected. This research seeks to map the open spaces linked to the waters to build a reflection on the importance of a landscape planning that articulates the demands of human and non-human life and the search for human fruition that is inseparable from these. We rely on the methods of landscape ecology and decolonial studies, the ecology of knowledge, to propose a cartography of the counter-narrative to the stereotyped and homogenized leisure spaces practiced in this context, in the sense of transposing the narrative of loss, identifying memories and permanences, in the search for a future that is also ancestral.

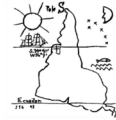
Keywords: Landscape planning, Ecology of knowledge, Amazon.

1. Introdução

Há poucos consensos nos estudos urbanos, um deles é de que as cidades são essencialmente lugares de trocas, de festas e do encontro de diferenças. Contudo, sabemos também que nesta dança da vida urbana, há um constante descompasso entre a materialidade dos processos de urbanização e a pluralidade da experiência humana (SENNETT, 2018), conviver e experimentar “o prazer de estar vivo” (KRENAK, 2020). A provisão de infraestrutura nas cidades não é neutra, pelo contrário, é forjada sob interesses específicos de acordo com paradigmas socialmente criados em países do Norte Global (SECCHI, 2006). Urbanizar, neste cenário, frequentemente tem significado “modernizar” e homogeneizar os sítios e as subjetividades; consumir a natureza e poética da vida (KRENAK, 2020).

Em contexto amazônico, as expectativas de modernização materializada na forma urbana aconteceram de forma tardia e mais lenta que em outras regiões do país, colidindo com ecossistemas de difícil conciliação e de vivência singular (CARDOSO, 2006). Enquanto em outras partes do Brasil a exploração dos colonizadores se intensificava, nesta região, a estratégia foi de proteção contra invasores e de preservação para exploração futura (BECKER, 2013). A Amazônia em toda a sua extensão, contempla grande parte da etnobioidiversidade global e integra ciclos climáticos intercontinentais, graças também à pluralidade de povos e seres que habitam a floresta. Na escala da região, há uma série de estudos que buscam compreender uma riqueza biológica que é inseparável de saberes, cosmovisões e subjetividades (DIEGUES, 1996). Esta busca por reivindicar e articular biodiversidade e as pessoas é ainda pouco estudada na escala das cidades.

Neste contexto, o estado do Amapá é apresentado como o território florestal mais conservado do Brasil, um discurso político acoplado à discussão global em torno das mudanças climáticas e a agenda da sustentabilidade. No entanto, esta discussão não alcança políticas públicas urbanas mais horizontalizadas ou estratégias para articular a vivência que historicamente é inseparável da natureza, principalmente em relação aos ciclos das águas, o que torna extremamente sensível e imediata a necessidade de erradicar formas predatórias de

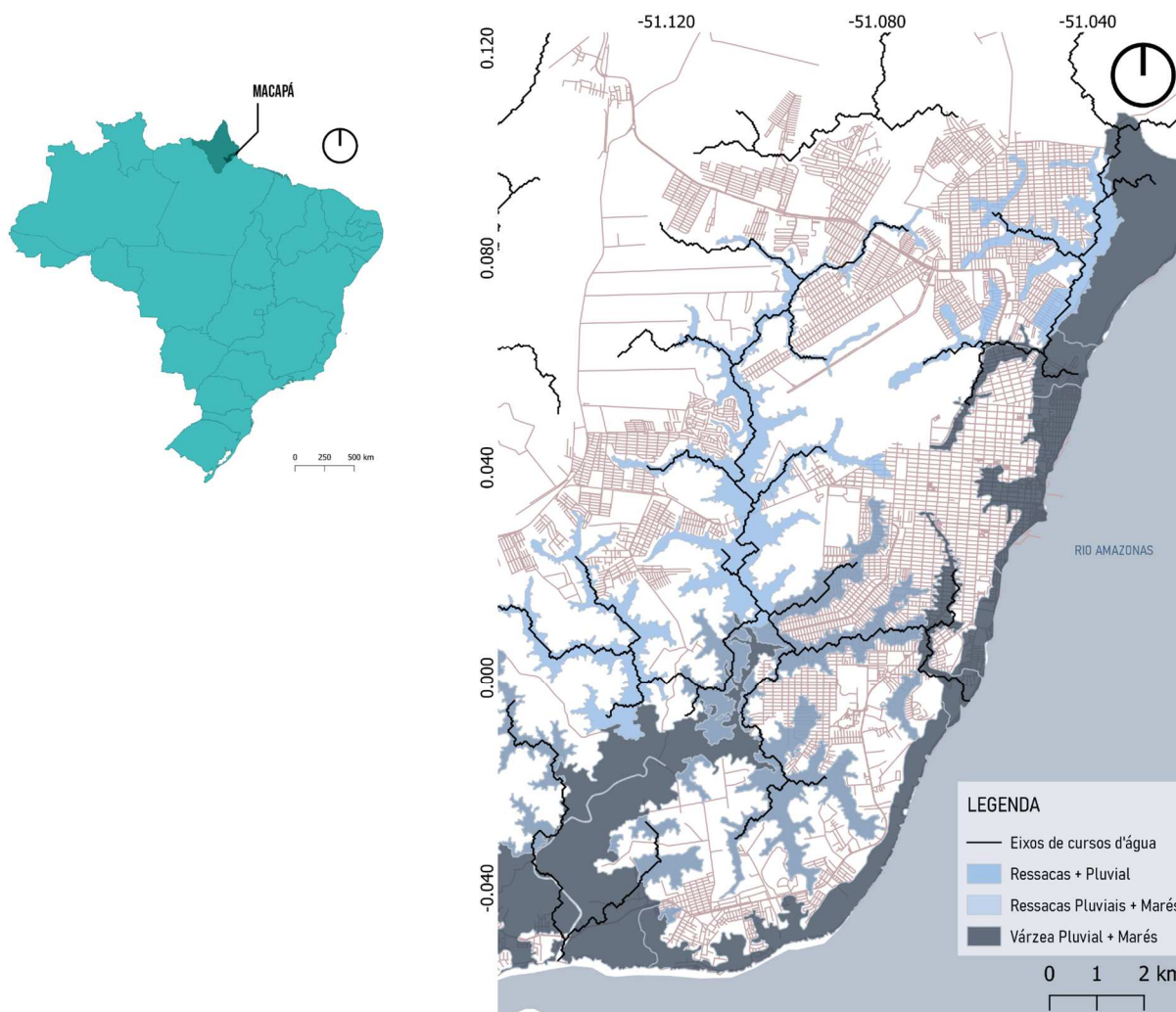


urbanização que se dão através do consumo da cobertura vegetal, dos corpos hídricos e vidas não-humanas.

Espaços de outras ordens como igarapés, bancos de areia, campos e florestas que coexistiram e compunham ambientes importantes da paisagem e de uma vida urbana em contexto amazônico durante séculos, foram (e continuam a ser) suplantados por formas urbanas mais “modernas” (PONTES, 2021). Lógicas de urbanização pautadas em uma universalidade moderna dos indivíduos, onde apenas um caráter identitário (masculino, branco, cisgênero, consumidor e paternal) adquire todos os privilégios da vida cidadã, enquanto quem não está dentro destas características está do *outro* lado da linha (SOUZA SANTOS, 2010), na exterioridade radical (ALVES, 2005). Esse “quem” corresponde a maioria dos corpos presentes nas cidades amapaenses, em uma análise de longa duração na história.

Atravessada por uma intrincada trama biofísica e cultural vinculada ao Rio Amazonas, Macapá (Figura 1), foi em diferentes períodos, cenário de experimentação urbanística. Estas experiências deixaram marcas na configuração espacial da cidade. O traço dos planejadores e a vontade política impuseram tipologias construtivas e importação usos, fundamentados em teorias e imaginários exteriores ao comportamentos, permanências, ancestralidades e espontaneidades locais, na tentativa de integração nacionalista brasileira. Estas contraditoriedades conceituais resultaram em um processo de urbanização incompleto (SANTOS, 2013) de conflitos multiescalares.

Figura 1: Localização da cidade de Macapá entre as águas



Fonte: Elaborado pelos autores (2022) a partir de IBGE (2010).

Negar a conciliação entre as dimensões biofísicas e as dimensões urbanas, assim como o estabelecimento de dualidades cidade-natureza e cidade-campo tem como consequência uma impossibilidade de usufruto de espaços de satisfação que outrora existiram no território em questão. A natureza (e mesmo a cultura) é reivindicada em pequenas áreas segregadas na cidade, como se ecologia da paisagem não estivesse fundamentalmente relacionada também à ecologia da criatividade humana.

A perspectiva do planejamento da paisagem pode instrumentalizar uma análise mais holística, mas como outros métodos científicos, pode ter como ponto cego a experiência humana, as subjetividades e pluralidade de formas de conviver. A ecologia de saberes lança luz sobre as relações de poder tecidas por modelos que se pautam em um conhecimento considerado superior, estruturados na colonialidade exercida pela hegemonia (QUIJANO, 2005). Souza Santos (2010) demonstra que existem conhecimentos subjugados, uma “sociologia das ausências”. Nesse sentido, a pergunta que mobiliza esta pesquisa é: haveria espaços de “lazer”, usos e experiências subjugados em Macapá?

Vozes insurgentes como Krenak (2020) ou Adichie (2009) indicam a importância de contar muitas, outras histórias. Seria possível construir contranarrativas através de uma cartografia dos espaços de lazer invisibilizados? A possibilidade de registrar a diversidade, cartografar a perda, as ausências, mas construir uma outra narrativa, seria também uma forma de “adiar o fim do mundo” (KRENAK, 2020)? De “resgatar uma espécie de paraíso” (ADICHIE, 2009)? De “esperançar”, como defendem Freire (2014) e hooks (2013)?

Esta pesquisa parte da premissa da pluralidade de espaços e experiências e na percepção de que há mais espaços e categorias na cidade do aqueles visíveis nos documentos oficiais e estudos disponíveis. Nos apoiamos na construção teórico-metodológica dos campos do paisagismo e do urbanismo que são complementados pela filosofia decolonial, para analisar o estudo do caso dos espaços abertos vinculados às águas na cidade de Macapá.

2. Da ecologia da paisagem à ecologia dos saberes

A estruturação espacial das cidades está relacionada às atividades produtivas em diferentes perspectivas históricas e escalas (regional, nacional, internacional), o que gera centralidades, segregação e padrões de tecido urbano (lote, quadra e via) diversos e mutáveis. A capacidade econômica de cada território tem relação direta com o rápido avanço do tecido urbano, implantação de grandes infraestruturas e impactos ambientais e sociais recorrentes do modo de estruturação urbana. Todas essas são temáticas bastante discutidas pela literatura basilar sobre urbanização no Brasil (Villaça; 2004; Sposito; 2013). No entanto, pouco se trata nas políticas públicas em como o planejamento da paisagem é fundamental na estruturação das cidades.

Desde meados do século XX, os estudos da ecologia da paisagem constituem um importante instrumento de organização do espaço. Sua premissa é a combinação da análise espacial do campo da geografia por meio de uma relação intrínseca com estudos funcionais do campo da biologia (METZGER, 2001). Dentro deste campo, há duas grandes abordagens, uma centrada nas interações humanas com o meio ambiente; e outra que objetiva a compreensão da paisagem através das características biológicas das espécies e considera seus habitats. A ecologia da paisagem é fundamental para o planejamento das cidades e para a manutenção da vida. McHarg (1969), Spirn (1995), Hough (1995) ou Forman (1995) construíram métodos que nos permitem compreender e propor novos cenários mais ecológicos.

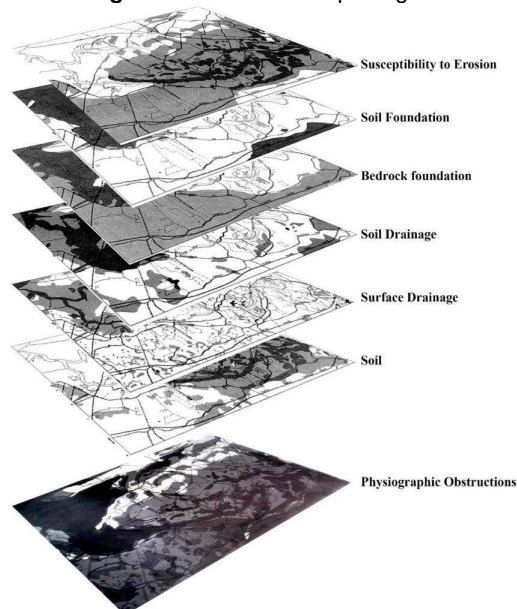
Para além do caráter biológico, a paisagem é uma importante sobreposição de tempos, processos, marcas e apagamentos (CORBOZ, 2001). Entendemos que na paisagem há vestígios e informações fundamentais para a compreensão das sociedades e para vislumbrar futuros melhores. Contudo, dialogicamente, entende-se que a paisagem não é apenas um artefato ou objeto fixo sobre o qual devemos fazer apenas operações arqueológicas sobre o passado, mas que é também fluxo, ação e movimento contínuo Corner (1999).

O método cartográfico de decomposição em camadas que serve de base para as compreensões dos processos naturais, e para elaboração de estratégias para “desenhar com” a natureza (McHARG, 1969) deu base para o planejamento territorial pautado na concepção de que o ambiente natural e o ambiente social são sistemas interrelacionados de caráter cíclico.

A estruturação do espaço urbano pode ser pautada por soluções socioambientais sem criar outro regime ambiental (ou hidrológico) nas cidades, isto é, sem necessariamente grandes obras de infraestrutura de adequação física (grandes movimentos de terra,

impermeabilização, canalização, remoção da vegetação). As estratégias buscam compreender as características geomorfológicas (Figura 2) e propor soluções para cada realidade de acordo com o sítio físico e com processos naturais existentes (MCHARG, 1969; SPIRN; 1995).

Figura 2: Camadas da paisagem



Fonte: McHarg (1969)

Estes métodos têm como meta a descrição e a transformação das situações existentes (ou a disputa por estas). Os registros de informações de diversas áreas de conhecimento permitem convergências e o estabelecimento de relações ampliadas entre as partes e o todo. A cartografia pode revelar relações coincidentes positivas entre o urbano e o natural da estrutura espacial do território que podem e dar base para o planejamento ecológico.

A paisagem é complexa e está sempre em movimento, e portanto, as suas representações são sempre incompletas, e embora seja possível identificar fenômenos e processos através da análise das transformações de um território ao longo do tempo, não é possível catalogar toda a capacidade imaginativa infinita da “ecologia da criatividade humana” (CORNER, 1999). O mapa nunca é neutro pois sempre será um filtro, uma escolha adotada para a representação de um território (CORBOZ, 2001). A cartografia é um mecanismo de disputa das representações e narrativas e pode ser ferramenta para a construção de contranarrativas.

As metodologias apresentadas foram criadas a partir de experiências do Norte Global, e embora sirvam de ponto de partida para as análises locais, é necessário sempre que se façam mediações entre os parâmetros colocados por esta literatura e as especificidades deste contexto. Para auxiliar a combinação desta perspectiva com o contexto amazônico, podemos pensar para além de uma ecologia da paisagem, em uma “ecologia de saberes”, nos termos do pensamento pós-abissal de Sousa Santos (2010).

2.2 Os saberes *outros* na paisagem urbana

O pensamento pós-abissal cunhado por Souza Santos (2010), como um lugar de criticidade para ver as linhas disjuntivas que operam as desigualdades sociais no mundo e que

principalmente abrem discussão para as violências e apropriações impostas ao Sul Global, orienta a ação argumentativa que buscamos explorar. Existem perspectivas epistemológicas na experiência social urbana que são subalternizadas, condicionadas a impermanência e consequentemente apagadas. Uma postura radical, mas que em nada se propõe a erradicar ou substituir os conhecimentos que já circulam nas ciências.

A paisagem é um lugar de (inter)conhecimentos, de intensa profusão entre seres, coisas e (imagin)ações. As teorias discutidas sobre paisagem anteriormente dedicam-se a potencializar espaços, materializados ou já arruinados, que permanecem ocultos. Como aqui as interpretamos como palimpsesto, passemos a acreditar que os conhecimentos “populares” são válidos. São os conhecimentos do outro lado da linha onde há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética (SOUSA SANTOS, 2010).

Neste sentido, “desocultar” é uma ação contra-hegemônica, em termos da geopolítica nos estudos decoloniais. Portanto, entendendo o urbano amazônico como periferia do sistema-mundo moderno, vem tornando-se cada vez mais e mais necessário vincular estes conceitos às metodologias de leitura das cidades, tanto quanto pensar e propor desenhos da paisagem que não se imponham as sabedorias locais como formas de apagamento e esvaziamento cognitivo. Assim, pode ser possível passar a não esquecer o que um dia foi a única forma de viver neste mundo: em natureza.

Um forma de refletir como os estudos sobre paisagens, habitats e/ou ambientes urbanos impuseram uma homogeneidade linguística aos seres não-humanos, compreende ao uso da palavra “verde”, como um adjetivo, um selo de síntese as vidas vegetais em *cor*, como objetos ou coisas subalternas ao Homem. Termo este empregado massivamente aos discursos de propostas permeadas pelo aparato cognitivo hegemônico de dominação da natureza e artificialização das relações entre os seres.

Em um exercício simples, retomando ancestralidades e conhecimentos indígenas do Amapá, revisamos brevemente como os povos Wajãpi nomeiam as plantas e a produção agrícola a partir do dicionário proposto por OLSON (1978), neste são apresentadas 64 palavras do vocabulário indígena a respeito dos componentes vegetais, cultivo e colheitas. Há palavras, oralidades, que distinguem plantas, mas não há uma palavra de padronização entre tipos e conjuntos de plantas, portanto “planta” traduziu-se como *temity*, “árvore/pau” como *ywyra*, “folha” como *ka'aro* e “selva” como *ka'a*.

Apesar desta tradução consultada não ter a capacidade de comunicar toda a profundidade da cosmologia indígena Wajãpi, trata-se de uma distinção que demonstra como a cosmopercepção indígena é sensível a presença de cada existência, uma sabedoria que vai além do pensamento abissal, desafia de frente a disjunção homem-natureza e que eleva a reflexão sobre paisagem a um lugar onde o futuro é ancestral (KRENAK, 2020). Portanto, exigir a fruição entre os conhecimentos e saberes subalternizados historicamente e o campo disciplinar da arquitetura, paisagismo, planejamento e urbanismo é uma tarefa tão imediata quanto complexa, e que já iniciou algumas décadas atrás.

3. Os espaços abertos, a fruição e as águas na cidade

Macapá foi fundada em 1758, na foz do Rio Amazonas, desde a sua origem é entrecortada por uma trama hídrica arraigada a áreas de floresta e campos de cerrado. Estudos arqueológicos apontam que a região um dia foi conhecida como “terra dos Tucuju”, a ancestralidade indígena extinta no período da conquista e missões católicas no antigo Cabo

Norte (NASCIMENTO, 2021). O desenho colonial se assemelha ao de outras cidades amazônicas (Belém, Manaus, Santarém) de topografia plana e declividade baixa, no qual os rios inundam o território sazonalmente. A malha regular se acoplava às condições biofísicas locais através da ocupação das cotas mais altas e do alinhamento do arruamento aos ventos e à insolação, sem, no entanto, ocupar as margens orgânicas dos rios e as áreas de cotas mais baixas que constituíam um limite e proteção nos sentidos leste e sul da vila (ARAÚJO, 1998). As concepções de ordenamento da época foram baseadas na soberania militar portuguesa, na lógica iluminista e unitária garantida pela quadrícula, pela regularidade e a hierarquia como princípio para a estruturação urbana da época.

Até o século XX a vida urbana era estruturada de maneira indissociada das condições do sítio. As primeiras imagens, do início do século (MONTENEGRO, 1908) comprovam que embora os encontros oficiais acontecessem nas praças do desenho colonial, as topografias mais baixas sempre foram apropriadas, constituindo espaços, usos e usuários colocados à margem. Essa população teve que se adaptar às tramas de uma cidade tecida por relações desiguais, surgidas pelas estratégias de aculturação e subjugação dos povos não-europeus.

Figura 3: Lavadeiras às margens do Rio Amazonas. Macapá, início do século XX



Fonte: Montenegro (1908)

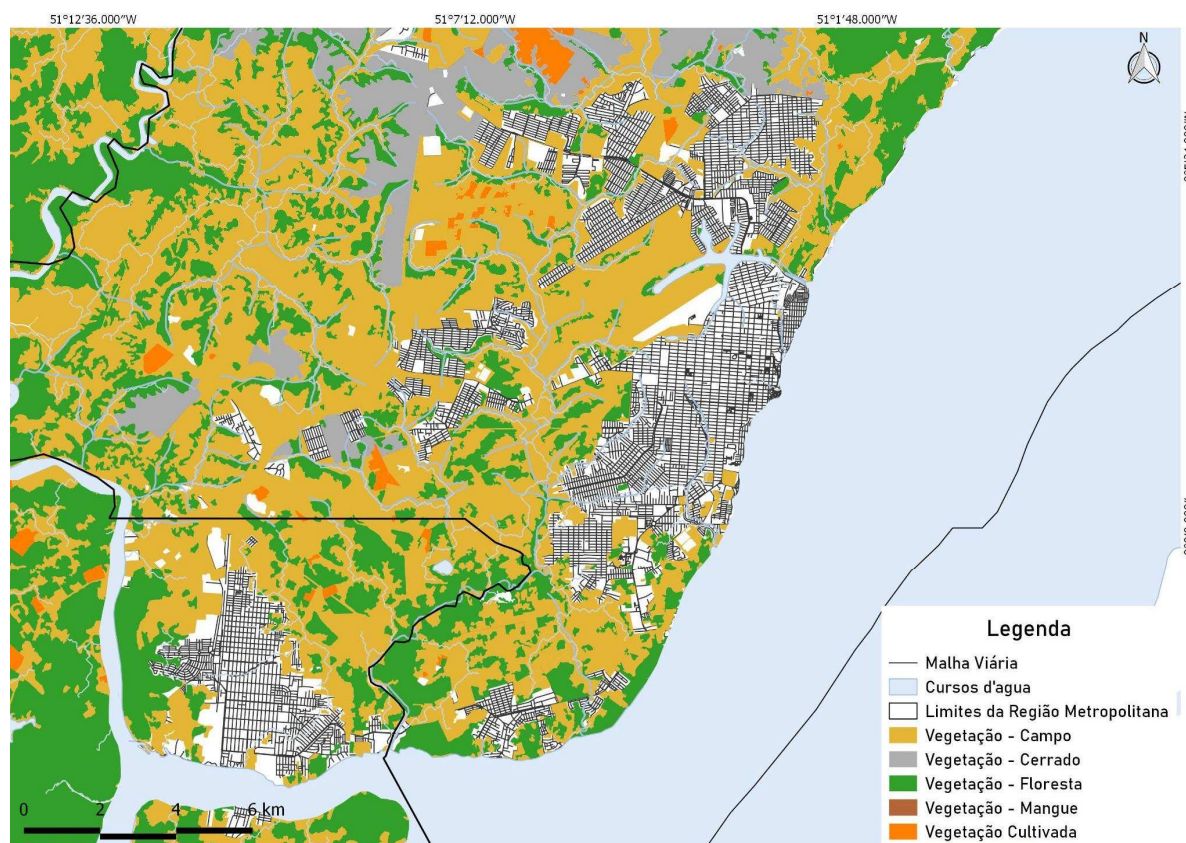
As maiores mudanças no território ocorreram a partir da formação do Território Federal do Amapá, com a geopolítica econômica conduzida pelo Governo Federal, pois ocorreu um crescimento exponencial do número de habitantes e da cidade como um todo (TOSTES, 2006). A partir de então, o sítio onde se assentava o tecido urbano sofreu intervenções mais abruptas, sobretudo nas áreas de ressacas¹, e na várzea do rio Amazonas que permitiram o

¹ Sistemas físicos fluviais colmatados, drenados por água doce e ligados a um curso principal d'água, influenciados fortemente pela pluviosidade e possuindo vegetação herbácea (Takiyama et. al. 2012: 12)

avanço da mancha urbana nos sentidos norte, sul e oeste. A zona central, antigo desenho pombalino, seguiu como a maior área de atração de imigrantes e adensamento construtivo.

Nesse cenário, a ampliação da estrutura urbana sobre o território de Macapá seguiu os paradigmas de urbanização regrado nas lógicas de aterramento, retificação e canalização de corpos d'água, remoção da cobertura vegetal e impermeabilização do solo. Práticas conduzidas pelas políticas públicas que foram partilhadas também pela crescente ocupação informal nas áreas de ressaca conforme a cidade crescia (CARVALHO, 2020). A problemática em torno dessas práticas está na ausência da ecologia da paisagem como princípio em uma cidade que tem a água (cursos d'água externos e internos ao território), o terreno plano e vários biomas como formadores da paisagem.

Figura 4: Tipos de vegetação de Macapá associado aos biomas

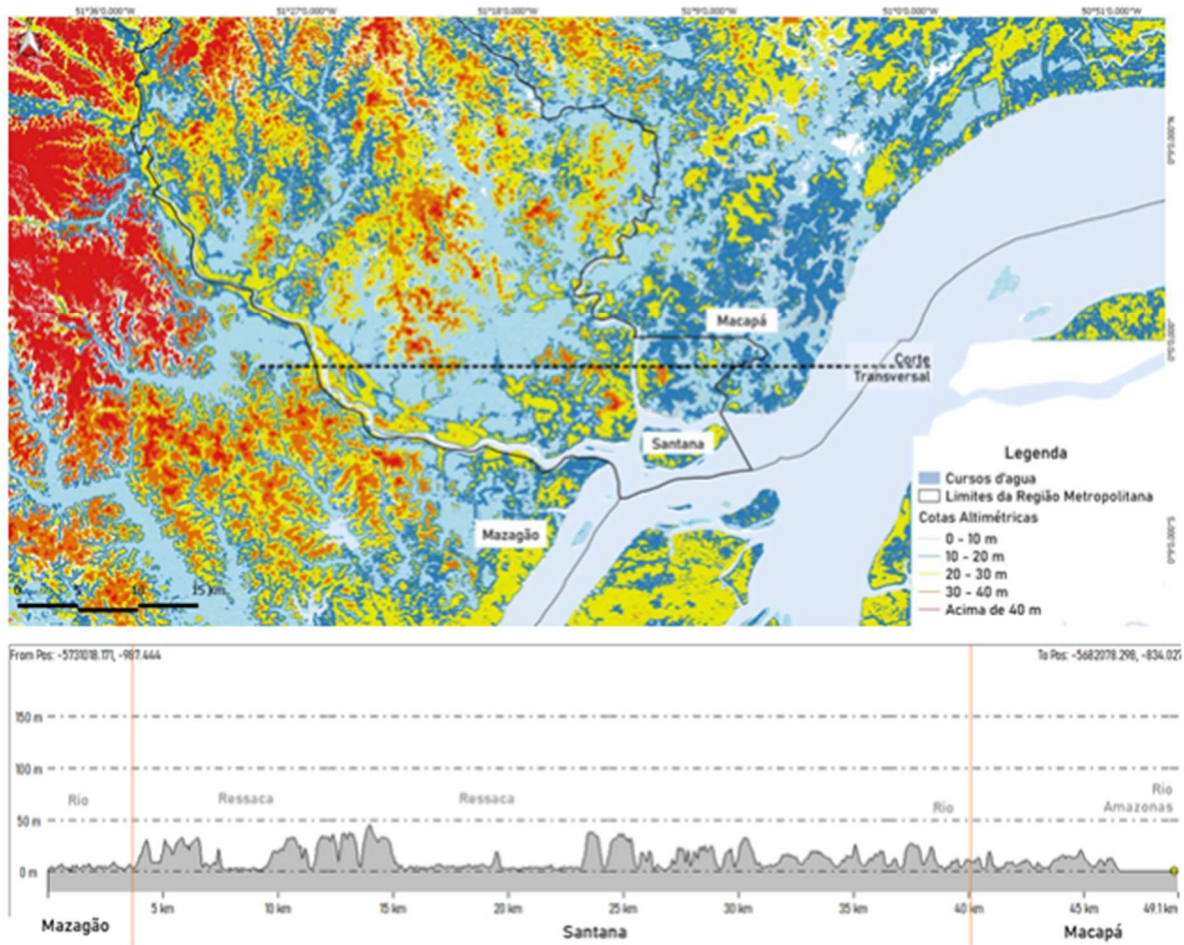


Fonte: IEPA (2017). Elaborado pelos autores

A cidade possui grandes manchas de inundação devido à topografia mais baixa, o que direciona o fluxo da água para o lado oposto ao Rio Amazonas, formando grandes áreas de ressacas. Além disso, como parte do bioma amazônico, Macapá possui áreas de igapó,

várzea² e terra firme. Quando estas áreas naturais não são alteradas, elas formam grandes espaços livres com muita vegetação e presença de água. Contudo, há pressão para sua alteração e ocupação, tanto por meios formais quanto informais, modificando toda dinâmica hídrica das cidades. A topografia associada a essa intensa hidrografia é uma planície sedimentar, subdividida em (a) planície de terra firme (geralmente arenosos e ligeiramente ondulados e inclinados em direção ao Rio Amazonas); (b) Planície de inundação (várzeas e igapós).

Figura 5: Hipsometria de Macapá com transecto cortando a área central



Fonte: SRTM (2014). Elaborado pelos autores

Para além das narrativas que subjazem às questões de infraestrutura, saneamento ou habitação que acompanhavam a transposição de "barreiras" à expansão urbana colocadas

² São terrenos baixos, planos e estão localizados próximo às margens dos rios, por isso, são periodicamente inundáveis e têm influência direta das marés.

pelo sítio; a remodelação da forma urbana conduzida pelos primeiros governos do Território Federal buscou trazer novas práticas, usos e tipologias para o lazer na cidade, que devia se parecer às demais capitais do país. Neste sentido, há o reconhecimento que o espaço, os processos urbanos e socioespaciais não são homogêneos, entretanto são passíveis de transformações que visam a sua homogeneização (BRANDÃO, 2012).

São deste momento a criação de uma série de espaços esportivos, como a Piscina Territorial, e o incentivo a usos mais ordenados e controlados nos espaços coletivos (PFJP, 1973). No diagnóstico do plano urbano de 1973, há um registro das categorias e distribuição de espaços de lazer na cidade, a sobreposição destes com a topografia elaborada neste pesquisa revela que há uma relação evidente entre as topografias mais baixas e os espaços identificados como “recreação espontânea”, estes espaços também foram sucessivamente transformados pela lógica modernizante.

A medida que a paisagem foi modificada, o engajamento com o sítio e a relação de fruição através do banho de rio ou de práticas mais espontâneas e plurais foram desencorajadas, como no caso das margens do Rio Amazonas prioritariamente desenhada para inibir o acesso e estimular a contemplação (PDUAM, 2004). A várzea do Rio Amazonas foi sobreposta pelo ideário rodoviário, portanto, a criação de pistas de circulação para veículos automotores impôs o transporte individualizado, reduzindo as calçadas e nem sequer incluindo o modal ciclista.

Em “Uma taxonomia para os espaços abertos de Macapá” (MARTINS E PONTES, 2021) foram catalogados 127 espaços abertos ao lazer, classificados em 11 categorias principais subdivididas em diversas taxonomias para se aproximar das singularidades deste território na busca de ampliar o repertório da estrita lista de espaços de lazer apresentada pela plano diretor vigente. As autoras identificaram que a parte mais antiga da cidade, Zona Central, reúne a maior quantidade, concentração e diversidade de espaços abertos, enquanto que as Zonas Norte e Sudoeste da cidade apresentam menor qualidade, menor disponibilidade e menor variabilidade desses espaços. São nas áreas periféricas que mais se reproduzem modelos prontos e estereotipados de lazer que tendem a priorizar determinados usos e grupos.

O processo de inventariar estes espaços se deu tanto através de exercício de análise de imagens aéreas, quanto de caminhadas exploratórias pela cidade e da análise das transformações urbanas de três planos urbanos relacionados aos momentos de decisivas intervenções na cidade: o Plano de Gronsfeld, de 1758 (ARAÚJO, 1998), que traz o desenho colonial, o Plano da Fundação João Pinheiro (1973), que representa o período em que a cidade era a capital do Território Federal, e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (2004), que mostra a cidade na contemporaneidade e é o plano vigente até o momento (ver figura 6).

Figura 6: Espaços abertos relacionados às águas existentes nos três períodos históricos de Macapá

Macapá Colonial - Plano Gronsfeld (1758)

Não foram pontuados espaços de lazer relacionados às águas. É possível apontar apenas espaços espontâneos, sendo eles:

- Lago ao sul da Vila
- Margens do Rio Amazonas;

Macapá capital do Território Federal - PDU Fundação João Pinheiro (1973)

Entre os espaços "apagados" estão:

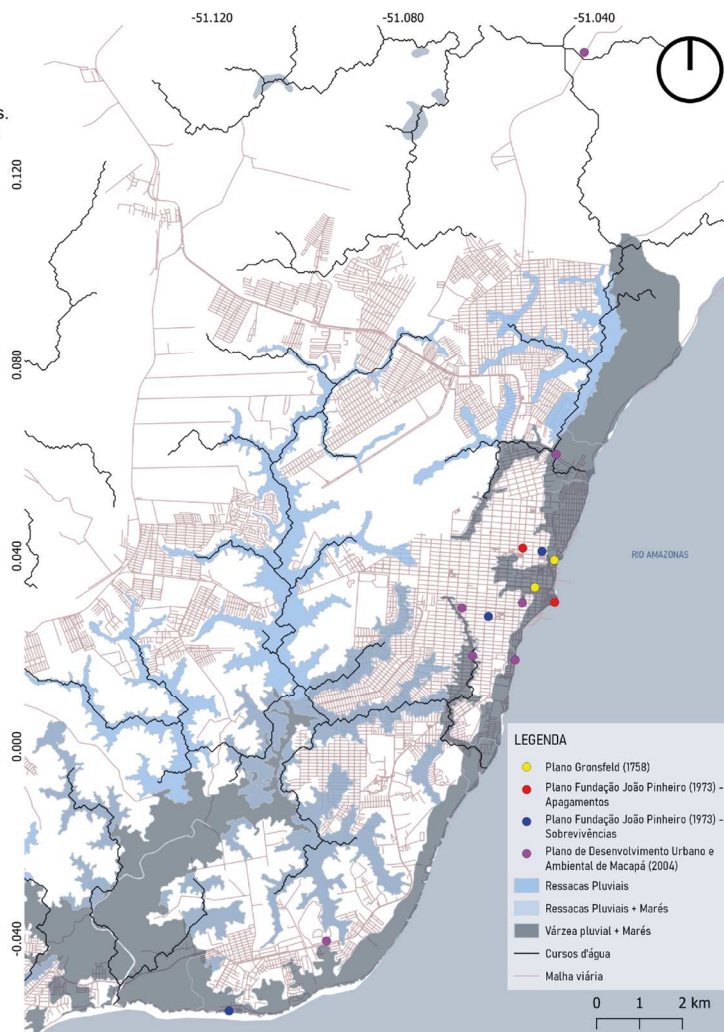
- Círculo Militar (clube esportivo e social);
- Piscina da Tropa dos Escoteiros Veiga Cabral.

Entre os espaços "sobreviventes" estão:

- Piscina do Colégio SESI;
- Piscina Territorial (atual Centro Didático Rosa Maria Ataíde);
- Praia da Fazendinha.

Macapá início do Século XXI - Plano de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (2004)

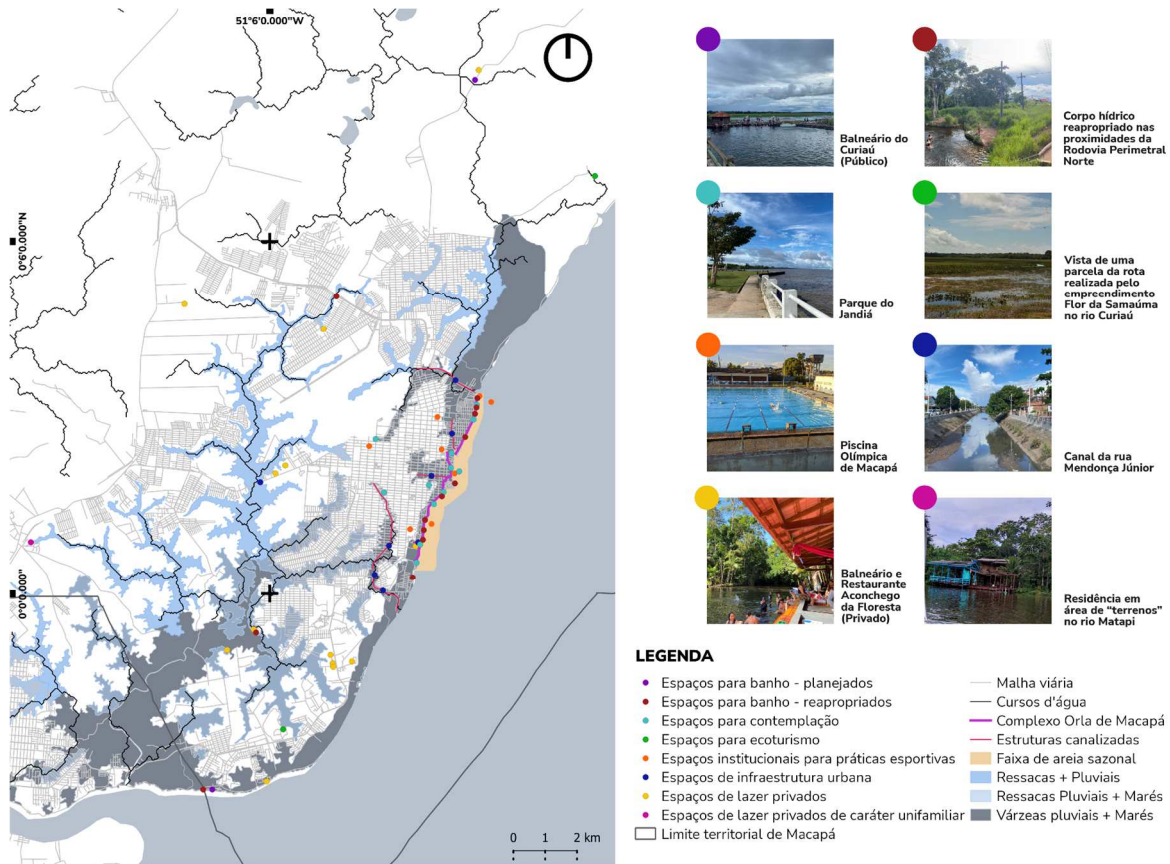
- Área de preservação e lazer do Canal do Jandiá;
- Área de preservação e lazer do Beírol;
- Balneário do Curiaú;
- Complexo turístico e de lazer da orla de Macapá;
- Museu Sacaca;
- Parque Zoológico (atual Bioparque da Amazônia);
- Praça Floriano Peixoto.



Fonte: IBGE (2010); IEPA (2017); ARAÚJO (1998); Fundação João Pinheiro (1973); PDUAM (2004). Elaborado pelos autores

No aprofundamento do recorte dos espaços de lazer vinculados às águas chegamos na definição de oito categorias e 63 pontos da cidade, classificados a partir do domínio (público ou privado) e do uso, compreendidas como: espaços para banho - planejados (02); espaços para banho - reapropriados (13); espaços para contemplação (12); espaços para ecoturismo (02); espaços institucionais para práticas esportivas (08); espaços de infraestrutura urbana (08); espaços de lazer privados (15); e espaços de lazer privados de caráter unifamiliar (03). Sobrepostos às camadas biofísicas, os espaços abertos relacionados às águas mapeados revelam diversos aspectos que caracterizam a cidade, como mostra as cartografias presentes na figura 7. A maior parte dos espaços estão localizados nas proximidades do rio Amazonas ou ainda em outras áreas que recebem influência de corpos hídricos naturais. Por estarem localizados em áreas urbanizadas, a maioria desses locais de fruição contém pouca cobertura vegetal em seu entorno, o que revela também a escassez de vegetação no perímetro urbano de Macapá.

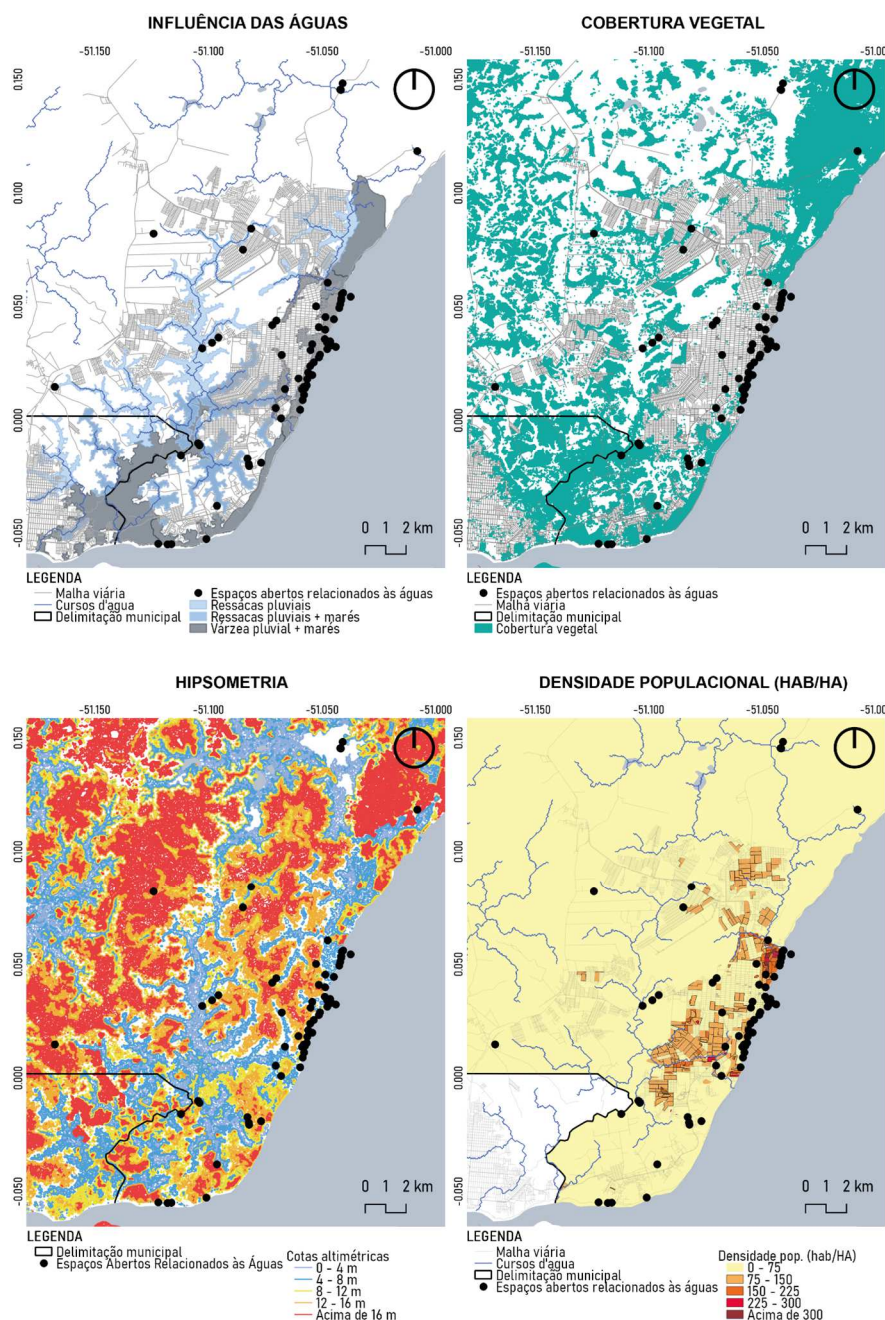
Figura 7: Espaços abertos relacionados às águas existentes nos três períodos históricos de Macapá



Fonte: IBGE (2010); IEPA (2017); Fotografias, os autores (2022). Elaborado pelos autores.

Ao sobrepor os dados com densidade populacional, é perceptível que a maior parte dos espaços abertos mapeados está localizada nas áreas que concentram uma grande quantidade de habitantes por hectare, o que reforça a relação cultural que a população apresenta com as águas, buscando sempre os locais mais próximos. Por estarem, a maioria, localizados nas proximidades ou nas margens de rios, estes espaços são identificados nas cotas mais baixas da topografia de Macapá, que está a 4 metros acima do nível do mar (ver figura 8).

Figura 8: Espaços abertos relacionados às águas existentes nos três períodos históricos de Macapá



Fonte: IBGE (2010); SRTM (2014); IEPA (2017)

Práticas como o banho de rio ou de usos mais espontâneos de imersão em campos e florestas, deixaram de fazer parte da vida cotidiana da cidade e passaram a ocupar espaços periféricos de difícil acesso nas franjas urbanas, a grandes distâncias e muitas vezes desconectados da rede de transporte público. Ao passo que continuam a se multiplicar tipologias estereotipadas destinadas ao lazer na cidade, os planos e políticas deram pouca atenção ao fato de que a população continua a buscar este tipo de satisfação, que passou a

ser cumprida sobretudo em espaços privados, mas também através apropriações espontâneas que transgridem os usos originais dos espaços.

Se a primeira condição implica em uma limitação do acesso e a condição de privilégio, seja em balneários privados ou mesmo áreas de condomínios de luxo, a segunda também pode configurar alguma negligência das condições de segurança destes espaços. A invisibilização do uso e da existência pode também contribuir para o desaparecimento destes espaços e práticas como um lugar de aproximação e troca, de fruição, do humano na natureza.

Figura 9: Balneário da Fazendinha e corpo hídrico na Rodovia Perimetral Norte, espaços utilizados por banhistas em Macapá



Balneário da Fazendinha, localizado a 15km do Bairro Central de Macapá, Zona Sul (2022).



Reapropriação de corpo hídrico nas proximidades da Rodovia Perimetral Norte, Zona Norte de Macapá (2022).

Fonte: Acervo dos autores (2022).

A iminência de desaparecimento desses espaços e práticas põe em risco as possibilidades de construção de estruturas de conhecimento e informações a partir destes. A paisagem urbana, portanto, desempenha todo um sistema simbólico (BOURDIEU, 1989), cuja produção se relaciona a ideologias e mobilizações que, a partir dos interesses de integração da classe dominante e a legitimação da ordem estabelecida, nos afasta – impossibilita – outros conhecimentos e saberes.

Vemos, então, que a invisibilização de espaços abertos ao lazer em Macapá é muito mais que um processo de ocultação e supressão, mas é um “arrancar”. Um “arrancar” que se relaciona ao que Krenak (2020) diz que, ao serem arrancadas de coletivos e lugares de origem, as pessoas também são afastadas de vínculos de memória. Um “arrancar” que prenuncia o que Nora (1993) desenvolve acerca do arrancar da memória sobre o impulso conquistador da história, em que ao invés de um passado vivido através da memória e em constante transformação, nos vemos com um passado mediado, representativo e relativo, que impele possibilidades.

Dessa forma, o apagamento de práticas espontâneas sobre a paisagem nos furta o direito à memória. E, conseqüentemente, a afetos, identidades e ao sentido de vida. Memória é resistência. Resistência (POLLAK, 1989) não somente ao tempo e ao distanciamento de eventos, mas também à história legitimada e ao distanciamento que esta impõe às conexões com o lugar que compartilhamos.

4. Conclusão: entre a ecologia da paisagem e a ecologia de saberes

Durante muito tempo, os paradigmas que nortearam o avanço da urbanização em todo o mundo forjaram formas que reduziram dentro das propostas de planejamento a importância das relações do desenho das cidades com as condições biofísicas dos sítios sobre os quais se assentam (CORNER, 1999; SPIRN; 1995). Esta é uma visão que ainda é praticada, mas já que foi refutada, contudo ainda se faz necessário dar um passo à frente sem perder de vista aquelas perspectivas, outrora silenciadas, novas oportunidades de futuro. Perspectivas onde os seres humanos não são os únicos seres interessantes.

Muito se trata sobre as consequências ambientais da amnésia topográfica, mas pouco sobre a transformação dos modos de conviver atrelados a singularidades dos sítios. Em território amazônico o consumo agressivo das florestas tem afetado violentamente comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outros lugares de ancestralidades, dentro e fora das cidades em uma escala jamais vista antes. Contudo, é nas cidades onde vivem mais 70% da população da região norte (IBGE, 2010), a região que concentra a maior população de povos indígenas do país.

Nas últimas décadas, a cidade de Macapá cresceu, transformou igarapés em asfalto, brejos em residências, várzeas em clubes e assistiu a sua diversidade em desvanecimento - dos campos de cerrado, florestas, igarapés, ressacas e lagos, e com eles os pássaros, os peixes, e os encontros das pessoas que historicamente aconteceram entrelaçados a estas condições. Em uma análise de longa duração, o significado desses espaços estaria sujeito a obedecer o devir da utilidade. E quando não úteis ao interesse hegemônico são sumariamente apagados enquanto lugares onde a vida é fruição.

A partir da cartografia temporal dos planos em sobreposição às camadas das condições biofísicas, é possível afirmar que em Macapá sempre existiu uma relação importante de sociabilidade relacionada às águas e que muitos dos espaços em que era possível dar vazão a estes desejos. Encontros foram reduzidos, afastados ou mesmo apagados da vida cotidiana na cidade, resistindo como memória afetiva.

A cidade que consome a paisagem, a (bio) diversidade, a pluralidade de modos de conviver é uma cidade construtora de ausências, do desperdício das experiências, de desconexão, da perda da memória, é uma cidade sem futuro. Nós somos capazes, se quisermos, de lutar contra a narrativa da perda e suscitar um imaginário onde *outras* narrativas são necessárias para revisar os métodos, resgatar e revelar aquilo que é mais endógeno para pensar estratégias e paisagens para a vida agora e amanhã.

Sabemos que o exercício de elaborar taxonomias para os espaços de fruição em uma cidade é uma tarefa da ordem da incompletude, que se coloca na perspectiva da pluralidade e não do esgotamento. Uma tarefa que também permite olhar mais de perto, tornar cientificamente visíveis realidades invisibilizadas ou mesmo “arrancadas”. Cartografar as ausências é uma forma de considerar alternativas às experiências hegemônicas, colocar no mapa, na tessitura das disputas, os saberes do outro lado da linha.

Os planos vigentes para Macapá se encontram defasados, por cronologia e arguição que não contemple a importância da fruição da vida nas cidades de uma forma mais ampla e plural, pois a partir da natureza que se estabelecem os laços de identidade, engajamento e conexão

que não nos façam seguir uma operacionalização da vida. Avançamos na busca de aparatos no enfrentamento das mudanças climáticas e muitas destas propostas criaram convergências de espaços de lazer em convivência com águas. Pensar a Amazônia a partir do contato entre os limiares conceituais de uma ecologia da paisagem e a ecologia de saberes nos coloca um caminho para a possibilidade de imaginar um "futuro ancestral".

Referências:

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **The Danger of a Single Story**. TED. TEDGlobal 2009.
- ALVES, Claudenir Módolo. **Ética da Libertação: a vítima na perspectiva dusseliana**. Dissertação de mestrado apresentada Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2005.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP, 1998.
- BECKER, Bertha. **A urbe amazônida**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- CARDOSO, Ana Cláudia. (Org.) **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA, 2006.
- CARVALHO, Bianca Moro de. **Habitação Popular Na Amazônia: O Caso Das Ressacas Na Cidade De Macapá**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020. 247 p. v. 1.
- CORBOZ, André. **Le Territoire comme palimpseste et autres essais**. Paris: Les Éditions de l'Imprimeur, 2001.
- CORNER, James. **Recovering Landscape: essays in contemporary landscape architecture**. New York: Princeton, 1999.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.
- FORMAN, Richard T., 1995, **Land Mosaics: the ecology of landscapes and regions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Governo do Território Federal do Amapá. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDU**. Ministério do Interior. Macapá. 1973.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

- HOUGH, Michael. **Cities and Natural Process**. Londres, Routledge. 1995.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo. Companhia das Letras, 2020.
- MACAPÁ. Prefeitura de Macapá. Lei nº0026, de 4 de fevereiro de 2004. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá**. [s. L.], 4 fev. 2004.
- MARTINS, I. ; PONTES, L. B. **Uma Taxonomia para os Espaços Abertos de Macapá**. In: 9ª Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana - PNUM 2021, Lisboa, Identidades e dinâmicas de reconfiguração urbana na Era Digital, 2021.
- McHARG, Ian. **Design with nature**. New York: American Museum of Natural History. 1969.
- METZGER, J. P. **O que é ecologia de paisagens?** In: Biota Neotropica. Campinas/SP, v1, n1, dez. 2001.
- NASCIMENTO, B. R. M. **As participações indígenas nas guerras no Cabo do Norte**. Tempos Históricos, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 286–322, 2021. DOI: 10.36449/rth.v25i1.24531. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/24531>.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993.
- OLSON, Roberta. **Dicionário por tópicos nas línguas oiampi (wajapi)-português**. Redação: Loraine Irene Bridgeman. Sociedade Internacional de Linguística. 1978.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.
- PONTES, L. B. **Espaço (em) aberto: brechas à reinvenção do projeto e da paisagem, um estudo sobre a cidade de Macapá**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2021.
- QUIJANO, Aníbal (2005). **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgard (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, pp.227-278. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013.
- SCHÖN, Donald. **The reflective practitioner**, New York: Basic Books, 1983.
- SECCHI, Bernardo. **As Primeiras Lições de Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- SENNET Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. 1ª ed. São Paulo: Record, 2018. 377p.

SOUZA SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

SPIRN, Anne. **O jardim de granito**. São Paulo: EDUSP, 1995.

SPOSITO, Maria Encarnação B.; GÓES, Eda M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

TAKIYAMA, Luís Roberto. [et al.] **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá: relatório técnico final**. /Luis Roberto Takiyama. Macapá: IEPA, 2012. 84p.

TOSTES, José Alberto. **Planos Diretores no estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional**. Macapá: Tostes Editora, 2006. 192 p.

VIGANÒ, Paola. **Territories of Urbanism**. Oxford: EPFL Press – Routledge, 2016.

VILLAÇA, Flavio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Ed.USP, 2004.

WALL, Alex. **Programming the urban surface**. In *Recovering Landscape, Essays in Contemporary Landscape Architecture*. New York: Princeton Architectural Press.,1999.